

Revista Brasileira de Ciências Humanas

Data de aceite: 17/10/2025

AS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS ACERCA DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA MEC (PBP)

Jaime de Oliveira Praseres Júnior

Pedagogo, Psicopedagogo, Mestre em
Educação e Contemporaneidade e servidor
da Universidade Federal da Bahia



Todo o conteúdo desta revista está
licenciado sob a Licença Creative
Commons Atribuição 4.0 Interna-
cional (CC BY 4.0).

Resumo: O presente artigo analisa as percepções de estudantes quilombolas da Universidade Federal da Bahia acerca do Programa Bolsa Permanência (PBP), instituído pela Portaria. A pesquisa, de caráter exploratório e abordagem mista, envolveu dezenove estudantes quilombolas beneficiários do programa, com base em questionário estruturado que combinou questões objetivas e discursivas. Os dados quantitativos permitiram traçar o perfil sociodemográfico do grupo, enquanto as respostas qualitativas revelaram os significados atribuídos ao auxílio. Os resultados demonstram que a bolsa é considerada imprescindível para a permanência no ensino superior, sendo associada à cobertura de despesas básicas como alimentação, transporte e moradia. Entretanto, emergiram críticas quanto à insuficiência do valor, à burocracia do processo e aos atrasos nos repasses. Conclui-se que, embora limitado, o PBP exerce papel fundamental na redução da evasão e na garantia de condições mínimas de subsistência, confirmando achados da literatura sobre a relevância e os desafios das políticas de permanência estudantil no Brasil.

Palavras-chave: Política de Permanência; Quilombolas; Ensino Superior; Bolsa Permanência; Assistência Estudantil.

INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil, historicamente limitado a determinados grupos sociais, ganhou novos contornos com a implementação de políticas públicas de ação afirmativa. No entanto, o simples ingresso não basta: a permanência dos estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade social e econômica representa um desafio estrutural, especialmente para os povos quilombolas e indígenas, uma vez que as desigualdades materiais — relacionadas à moradia, transporte, alimentação e apoio institucional — impõem obstáculos contínuos à trajetória acadêmica.

Nesse panorama, o Programa Bolsa Permanência (PBP) foi instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, como política de assistência estudantil voltada a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação em instituições federais. Essa normativa estabeleceu critérios e diretrizes para concessão de um auxílio financeiro mensal que visa minimizar desigualdades e garantir condições mínimas de subsistência durante a formação universitária. Em 2023, a Portaria MEC nº 1.999, de 10 de novembro de 2023 promoveu alterações à portaria original, incluindo ajustes de gestão, fluxos e critérios de permanência. O site oficial do MEC reconhece essa modificação normativa ao apresentar o programa como “instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, alterada pela Portaria MEC nº 1.999, de 10 de novembro de 2023”.

Mesmo com esse respaldo legal, a operacionalização do PBP tem sido alvo de críticas recorrentes. Estudantes relatam limitações quanto ao valor do auxílio — frequentemente apontado como defasado frente ao custo de vida urbano —, dificuldades burocráticas no acesso e manutenção do benefício e atrasos nos repasses. Tais entraves comprometem a previsibilidade financeira e podem influenciar negativamente a continuidade dos estudos. Apesar do suporte formal, cabe investigar até que ponto essas normas são efetivamente percebidas na vida dos beneficiários.

Diante desse cenário, este estudo busca compreender as percepções dos estudantes quilombolas beneficiários do PBP na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A questão central desta investigação é: quais são as percepções dos estudantes quilombolas acerca da Bolsa Permanência MEC e de que maneira esse auxílio impacta suas condições de permanência no ensino superior? A partir dessa questão, estabelece-se como objetivos do trabalho: (i) traçar o perfil sociodemográfico dos

estudantes quilombolas atendidos pelo programa; (ii) analisar como avaliam a importância da bolsa em sua trajetória acadêmica; (iii) identificar as principais dificuldades relacionadas ao benefício; e (iv) confrontar essas percepções com a literatura sobre políticas de permanência estudantil.

A relevância do estudo é a carência de investigações que privilegiem a voz dos estudantes quilombolas, reconhecendo-os como sujeitos de direito e protagonistas de suas trajetórias. As pesquisas existentes, em sua maioria, concentram-se em análises normativas ou quantitativas, sem aprofundar os sentidos e significados atribuídos pelos beneficiários à política de permanência. Assim, este trabalho contribui para preencher uma lacuna ao articular a análise de dados quantitativos e qualitativos, garantindo visibilidade à experiência dos sujeitos diretamente envolvidos. Por fim, a pesquisa é socialmente relevante porque os resultados podem subsidiar o aprimoramento das práticas institucionais da UFBA e de outras universidades federais. Ao evidenciar tanto a importância da Bolsa Permanência quanto suas fragilidades, este estudo oferece subsídios para o fortalecimento de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes quilombolas, contribuindo para a construção de uma universidade mais democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem mista, de caráter exploratório, articulando dados quantitativos e qualitativos a fim de compreender de maneira ampla as percepções de estudantes quilombolas acerca do Programa Bolsa Permanência MEC. O estudo foi realizado junto a um grupo de 43 estudantes quilombolas vinculados ao PBP na Universidade Federal da Bahia, configurando-se como uma

amostra não probabilística e intencional, restrita ao universo de respondentes disponíveis no momento da coleta (MINAYO, 2012).

Os dados foram obtidos a partir de uma planilha previamente estruturada, construída com base em questionário aplicado aos estudantes. O questionário, como instrumento de coleta de dados, é reconhecido como uma técnica adequada para levantar informações tanto de caráter objetivo (dados sociodemográficos) quanto de caráter subjetivo (percepções e opiniões) (GIL, 2019; MARCONI; LAKATOS, 2017). Essa base permitiu tanto a caracterização estatística do perfil dos estudantes — considerando variáveis como gênero, faixa etária, raça/cor e município de origem — quanto a análise qualitativa das narrativas produzidas em torno da experiência com a bolsa.

O tratamento dos dados quantitativos foi realizado por meio de estatísticas descritivas simples, com cálculo de frequências relativas e absolutas, permitindo traçar um panorama inicial sobre a composição do grupo pesquisado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Já as respostas qualitativas foram submetidas a uma análise de conteúdo, com categorização temática que possibilitou identificar padrões recorrentes nas percepções dos estudantes, especialmente no que se refere à importância da bolsa para a permanência, às dificuldades relacionadas à burocracia, ao valor do benefício e aos atrasos nos repasses (BARDIN, 2016).

Cabe destacar, por fim, que a pesquisa apresenta como limitação a impossibilidade de generalização dos resultados para toda a população quilombola universitária, dada a dimensão reduzida e localizada da amostra. Ainda assim, os achados oferecem elementos relevantes para refletir sobre o impacto do PBP na vida acadêmica dos estudantes e para subsidiar a formulação de estratégias de aprimoramento das políticas de permanência estudantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas afirmativas no ensino superior brasileiro configuram um marco na luta pela democratização do acesso e pela reparação de desigualdades históricas. A partir da primeira década dos anos 2000, com a implementação de reservas de vagas e programas de apoio financeiro, ampliaram-se as possibilidades de ingresso de estudantes negros, quilombolas e indígenas nas universidades federais. Como argumenta Nilma Lino Gomes (2017), tais políticas não apenas asseguram presença formal desses sujeitos no espaço acadêmico, mas também tensionam a universidade a repensar seus próprios paradigmas, incluindo o reconhecimento da diversidade étnico-racial como elemento constitutivo do direito à educação.

A presença de estudantes quilombolas no ensino superior, entretanto, não pode ser compreendida apenas como conquista quantitativa. Segundo Kabengele Munanga (2004), a inclusão desses sujeitos carrega também a dimensão simbólica e política da afirmação identitária, na medida em que coloca em evidência a resistência cultural e histórica de comunidades que, por séculos, foram marginalizadas no acesso ao conhecimento formal. A universidade, portanto, torna-se espaço de disputa: de um lado, cenário de reprodução de desigualdades; de outro, campo de afirmação de direitos e de possibilidade de transformação social.

Nesse sentido, a permanência estudantil assume papel estratégico. Como aponta Carvalho (2013), as políticas de assistência, quando limitadas a auxílios financeiros, tendem a funcionar como redes de proteção mínimas, mas insuficientes para superar a vulnerabilidade estrutural vivenciada por estudantes de origem popular. O apoio financeiro, como o oferecido pela Bolsa Permanência MEC, garante condições imediatas de sobrevivência, mas precisa estar articulado a outras dimen-

sões de acolhimento institucional, como moradia estudantil, apoio pedagógico e fortalecimento das redes comunitárias dentro da universidade.

A literatura, portanto, evidencia que o impacto de programas como o PBP deve ser analisado sob duas perspectivas complementares: de um lado, seu papel de instrumento indispensável à inclusão e à redução da evasão; de outro, suas limitações materiais e estruturais, que revelam a necessidade de ampliação e revisão contínua da política. É nesse tensionamento entre indispensabilidade e insuficiência que se inserem as percepções dos estudantes quilombolas analisadas nesta pesquisa, permitindo compreender de que forma o programa influencia suas trajetórias e como a política pública pode ser aprimorada.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise do perfil dos estudantes quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Permanência na UFBA evidencia a composição de um grupo diverso, ainda que marcado por características estruturais comuns. Do ponto de vista de gênero, observa-se predominância feminina (57,9%), em contraste com os homens (42,1%). Esse dado dialoga com pesquisas recentes que destacam a crescente presença das mulheres negras na universidade, resultado da ampliação das políticas de ação afirmativa. Contudo, ele também sinaliza os desafios adicionais enfrentados por esse público, como destacou uma estudante: *“Além de estudar, preciso cuidar dos meus filhos e a bolsa é o que garante pelo menos o básico”*. Tal depoimento evidencia o entrecruzamento entre questões de gênero, raça e classe.

No que se refere à faixa etária, há concentração de estudantes jovens, entre 18 e 24 anos (57,9%), seguidos por aqueles entre 25 e 34 anos (42,1%). Essa distribuição confirma que o ingresso no ensino superior ocorre, em sua maioria, na idade esperada, mas também

revela a presença de um grupo significativo que ingressa tardiamente ou permanece por mais tempo na universidade. Como ressaltou um estudante: *“Demorei a entrar porque tive que trabalhar antes, só com a bolsa consegui me manter na faculdade”*. Esse dado reforça a heterogeneidade das trajetórias quilombolas no espaço acadêmico, marcadas por diferentes tempos e ritmos.

Quanto à raça/cor, a maioria dos estudantes se autodeclara preta (78,9%), seguida por pardos (15,8%) e uma pequena parcela sem resposta (5,3%). Essa predominância do pertencimento negro reafirma a centralidade da identidade étnico-racial na definição dos sujeitos atendidos pelo PBP. A experiência é relatada como conquista coletiva: *“Estar na UFBA é uma vitória da minha comunidade, mas é também uma responsabilidade, porque precisamos mostrar que quilombolas podem estar aqui”*. Esse depoimento evidencia a dimensão simbólica da política, que extrapola a trajetória individual e se conecta à luta histórica das comunidades quilombolas por reconhecimento e direitos.

As percepções qualitativas obtidas a partir dos questionários indicam que o PBP é considerado indispensável para a manutenção no ensino superior. A maioria dos relatos reforçam que, sem o auxílio, muitos estudantes não conseguiriam se manter na universidade, uma vez que a bolsa cobre despesas essenciais como alimentação, transporte e moradia. Como relatou uma estudante: *“Sem a bolsa eu teria desistido, porque não tinha como pagar aluguel e comida”*. O auxílio, portanto, assume um caráter de “mínimo existencial”, funcionando como garantia de sobrevivência no espaço acadêmico. Essa percepção se alinha a estudos anteriores sobre políticas de permanência, que destacam a relevância do apoio financeiro como condição para reduzir a evasão entre populações historicamente excluídas.

Por outro lado, os estudantes também destacaram fragilidades do programa, sobretudo relacionadas ao valor considerado insuficiente diante do custo de vida urbano, à burocracia excessiva para solicitação e renovação da bolsa, e aos atrasos recorrentes nos repasses. Uma voz sintetiza essa limitação: *“A bolsa ajuda, mas é muito pouca, não cobre tudo, e quando atrasa a gente passa dificuldade”*. Esses fatores geram instabilidade e insegurança financeira, comprometendo a tranquilidade necessária para o pleno desenvolvimento acadêmico. Assim, as vozes quilombolas revelam uma contradição central: o PBP é simultaneamente vital e limitado, essencial para a permanência, mas incapaz de responder de maneira plena às demandas complexas enfrentadas por esses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o Programa Bolsa Permanência (PBP) representa um instrumento fundamental para a permanência de estudantes quilombolas no ensino superior. A análise dos dados quantitativos permitiu identificar um perfil marcado pela predominância de jovens adultos, majoritariamente mulheres negras, o que reforça a importância das políticas afirmativas como ferramenta de democratização do acesso e de correção de desigualdades históricas.

Do ponto de vista qualitativo, as percepções dos estudantes revelam o caráter ambivalente da política: de um lado, a bolsa é considerada indispensável para viabilizar a permanência acadêmica, possibilitando o custeio de despesas básicas e reduzindo a vulnerabilidade social; de outro, sua insuficiência em termos de valor. Tal contradição confirma que, embora seja um passo importante, o PBP ainda carece de aprimoramento.

Comparados à literatura, os resultados reforçam os apontamentos de autores como Gomes, Munanga e Carvalho, que reconhe-

cem as ações afirmativas como fundamentais, mas alertam para sua limitação quando implementadas de forma fragmentada ou sem garantias de estabilidade. Conclui-se, portanto, que o PBP cumpre papel essencial como política de permanência, mas demanda revisão estrutural, sobretudo na atualização dos

valores, na regularidade dos pagamentos e na desburocratização dos processos. Apenas com esses avanços será possível consolidar o direito à educação superior para estudantes quilombolas de forma plena e equitativa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

CARVALHO, José Jorge de. *Ação afirmativa e universidade: experiências e desafios*. Brasília: MEC/INEP, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.